



# Anais da Assembléia

Nº 42

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 06 DE MAIO DE 1976

ANO II

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 60ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 1976

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Jurandir Messias.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (52); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini e Wilson Fortes (2).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 33/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 48/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Terra Rica, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 34/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 52/76, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Maria Helena, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

Levanta-se a sessão.

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 61ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 1976

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Jayme Rodrigues Carvalho e Fidelcino Tolentino.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (52); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini e Wilson Fortes (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 107/75.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Faruk Abrão Kalil, de Ibaíti, ocorrido em data de ontem.

Outrossim, solicita ainda, se aprovado o presente requerimento, seja dado conhecimento à família do extinto nas pessoas dos Srs. Fuad Kalil da Rádio Club Paranaense e Orlando Kalil da Polícia Federal.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1976.

(a) GABRIEL MANOEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vicente Fachinelli, ocorrido ontem na cidade de Londrina.

Outrossim, após aprovado este requerimento, solicita seja

dado conhecimento do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1976.

(aa) OSVALDO MACEDO  
DEL CIEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arlindo Prata, ocorrido ontem na cidade de Londrina.

Outrossim, após aprovado este requerimento, solicitam seja dado conhecimento do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1976.

(aa) OSVALDO MACEDO  
DEL CIEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eitaro Aoyama, ocorrido ontem na cidade de Londrina.

Outrossim, após aprovado este requerimento, solicitam seja dado conhecimento do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1976.

(aa) OSVALDO MACEDO  
DEL CIEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Ocorreu na cidade de Apucarana o falecimento do Sr. NARCISO MARQUES DA SILVA, cuja família, de longa data, possui raízes ilustres também em Arapongas.

O extinto, que teve existência das mais pródigas no relacionamento social, era cidadão íntegro e muito benquisto.

Em razão do exposto, o Deputado subscritor do presente vem, respeitosamente, requerer a V. Exa., ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos do dia de hoje, um voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. Narciso Marques da Silva.

Requer outrossim, uma vez aprovado, seja o ato comunicado aos seus familiares de Arapongas e Apucarana, respectivamente, nas pessoas dos Srs. Adherbal Marques da Silva, digno Escrivão do Cível e Iedo Marques da Silva, digno Tabelião, aquele tendo por endereço o Fórum daquela cidade e este, à Praça Rui Barbosa, 390.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1976.

(a) MUGGIATI FILHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, a inserção de voto de louvor — representativo da irrestrita solidariedade desta Assembléia Legislativa — ao prestigioso jornal "Gazeta do Povo" pela oportuna campanha "de defesa da cultura e da gente do Estado", que tem por lema "A SCABI NÃO DEVE MORRER", anunciada em editorial da edição de ontem.

Requer ainda, aprovado este requerimento dê-se ciência da decisão da Casa ao órgão da imprensa mencionado.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1976.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os valores e os méritos devem e necessitam ser proclama-

dos, tanto como atitude de reconhecimento, de gratidão e de aplauso a quantos encarnam virtudes e talentos de maneira a consagrarem-se, pelo respeito geral, entre os seus concidadãos, como também por medida capaz de favorecer, pela lição e pelo exemplo, o desabrochar de caracteres vigorosos, dignos e sadios.

Ocorra onde ocorrer, em qualquer setor em qualquer atividade humana, sempre que alguém despontar com qualidades que lhe ornamentem a conduta e lhe áureolem a figura, há que reverenciar o portador de tais conquistas e se lhe difundir o nome e os feitos.

Entre nós, uma publicação aqui editada, tem se proposto a esse objetivo: é a revista "Rumo Paranaense".

Numa ação que não conta com qualquer outro interesse — e até sacrificando os seus mais imediatos — que não o de homenagear as mais caras tradições do nosso Paraná e as mais significantes personalidades paranaenses, tem essa revista, ao longo do tempo, dedicado muito de seu espaço para enfatizar o nome e as realizações daqueles que, por qualquer análise, enriquecem a comunidade em que vivemos.

Sendo assim e da mesma forma entendendo, e, diante do exposto, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja consignado na Ata dos trabalhos desta sessão, voto de efusivas congratulações com a revista "RUMO PARANAENSE", pelo trabalho que vem realizando, e em particular, pela publicação, em sua edição do mês de abril deste ano, de significativa reportagem sobre o eminente paranaense, Prof. VASCO JOSÉ TABORDA RIBAS.

Outrossim, aprovado, requer mais que, por inteiro teor deste expediente, se dê ciência da decisão à Direção da revista e ao citado professor.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1976.

(a) ENÉAS FARIA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na conformidade do disposto pelo Regimento Interno, o Deputado que este subscreve, requer, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de regozijo pelo transcurso, em data de ontem, 5 de maio, do "Dia das Comunicações", oportunidade em que as maiores homenagens prestadas foram para o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, patrono deste setor no Brasil, nascido precisamente no dia 5 de maio de 1865, em Sesmaria do Morro Grande, Mimoso - Mato Grosso. Rondon foi, inegavelmente, o maior explorador e desbravador brasileiro, conseqüentemente, construindo as nossas primeiras linhas telegráficas e, por isso mesmo, foi o pioneiro das comunicações no Brasil.

Ao mesmo tempo, deseja-se transmitir mensagem de congratulações à TELEBRÁS, EMBRATEL e TELEPAR, empresas que constroem hoje em nosso País um dos mais complexos, avançados e sofisticados sistemas de telecomunicações de todo o mundo.

Finalmente, congratulamo-nos com o DENTEL, através de sua Diretoria Regional em Curitiba, que tem a dirigí-lo esta figura dinâmica que é o Coronel Waldemar Oswaldo Bianco, não só pela abertura da "IV Exposição de Telecomunicações", no Salão térreo do edifício do SESI, mas também, pela instituição em nossa Capital do concurso "Rondon e as Telecomunicações", para colegiais de primeiro e segundo graus.

Requer-se, outrossim, que da decisão da Casa, uma vez aprovada esta proposição, se dê ciência às empresas citadas, nas pessoas de seus Presidentes ou Diretores.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogati-

vas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios ao Exmo. Sr. Dr. JAYME CANET JÚNIOR, DD. Governador do Estado, ao Exmo. Sr. OSIRES STENGHEL GUIMARÃES, DD. Secretário de Estado dos Transportes, e ao Exmo. Sr. JAYME DE CARMAGO SIMÕES, DD. Diretor da DER, no sentido de que sejam determinados estudos para a elaboração de projeto e construção de uma ponte sobre o RIO BAICURÚ, no município de Capitão Leônidas Marques, entre o distrito de Alto Alegre e a sede.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Capitão Leônidas Marques é um município de poucos recursos públicos, apesar de ser um dos maiores produtores de milho e com estimável produção de soja, feijão, arroz, suinocultura etc.

Pela extensão territorial do município e por força da sua acidentada composição geográfica, a administração investe grande parte de sua disponibilidade em estradas, não encontrando fonte para suprir deficiências que o progressivo crescimento demográfico e sócio-econômico interno impõe.

Não obstante, ocorre simultaneamente um fator, especial que divide a sede municipal dos seus maiores e mais progressistas distritos (Boa Vista da Aparecida e Alto Alegre), qual seja o Rio BAICURÚ, que dificulta a comunicação e o transporte entre as respectivas regiões. Trata-se de um rio de porte médio, cuja única ligação ora existente é uma precária e rudimentar balsa que serve de passagem de uma a outra margem, numa distância de aproximadamente 80 metros.

Aliás, como as terras desse município foram desapropriadas e entregues ao INCRA, este órgão alardeou a retificação do trecho da estrada, nas imediações do porto de passagem, e a construção de uma ponte para integrar aquela sede aos seus referidos distritos. No entanto, como se trata de uma estrada intermunicipal, que demanda aos distritos de Juvinoópolis e Rio do Salto, pertencentes a Cascavel, ligando-se à BR-277, só resta a participação interveniente do Estado na obra, para possibilitar o acesso e evasão dos produtos agrícolas daquela região.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja solicitado por esta Presidência, os Estatutos de todas as Companhias de Economia Mista em que faça parte o Governo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1976.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

#### PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei nº 50/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma ponte sobre o Rio Iguaçu, ligando os municípios de Capitão Leônidas Marques e Capanema.

Art. 2º — As despesas com a execução desta lei, correrão à conta da dotação orçamentária própria a ser prevista nas próximas leis de meios.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

O município de Capitão Leônidas Marques, situado à margem direita do Rio Iguaçu, integra o complexo de comunidades autônomas localizadas entre esse rio e o Piquiri, na denominada região Oeste do Paraná.

Geograficamente unido a Cascavel, e servido por movimentada estrada de rodagem, esta serve também como escoadouro de grande parcela da produção agrícola dos municípios localizados à margem esquerda do Rio Iguaçu, região Sudoeste do Estado, principalmente Capanema, que faz divisa com Capitão Leônidas Marques.

Como é público e notório, à mesma margem esquerda da BR-277 até o Rio Iguaçu, encontra-se a grande reserva florestal do Parque Nacional, que limita-se com os municípios de Cascavel, adentrando Céu Azul, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu, havendo sobre sua área uma outra estrada primária que interliga as duas referidas regiões: Oeste e Sudoeste. No entanto, as dificuldades impostas pelo IBDF e pelas autoridades federais, tem, em tese, inviabilizado a efetiva tomada de posição do Governo Estadual, no tocante à opção oficial desta estrada para transformá-la em rodovia principal da ligação das duas ricas regiões, e mais, os Estados do Sul com o Paraná e Mato Grosso.

Desta forma, a melhor e mais racional medida seria definir essa ligação pela sugestão aqui formulada, a qual, aliás, vem favorecer, por um lado, o entroncamento da BR-277 às estradas que demandam a Toledo, Palotina, Mal. Cândido Rondon e Guaíra e, do outro, a que liga Cascavel a Campo Mourão, Norte do Paraná e São Paulo.

A necessidade dessa obra é tão evidente que dispensaria qualquer argumentação, além de ser um fator de integração econômica e social das regiões aludidas, mormente agora com as obras e efeitos do Complexo Hidrelétrico Itaipu, que tem mobilizado todas as potencialidades regionais e ainda dos países e estados platinos.

Projeto de Lei nº 51/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A.

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "Tenda de Umbanda Pai José", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de maio de 1976.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, se encontra de acordo com as normas reguladoras do instituto da declaração de utilidade pública.

A mesma se encontra devidamente registrada, e a documentação que anexamos ao presente comprovam as finalidades das suas atividades.

Com isso esperamos contar com o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está finda a leitura do expediente.

A Mesa comunica que as propostas de emenda à Constituição de autoria dos Srs. Deputados Enéas Faria e Accioly Neto, tomaram respectivamente, o número, as proposições, 179/76 e 180/76.

Nestas condições, tendo sido distribuídos já aos Srs. Deputados, o avulso, a Mesa concede ao Plenário três dias úteis para apresentação de subemendas. Findo este prazo, será constituída a Comissão que estudará pelo prazo máximo de 20 dias, para depois ser levado ao Plenário.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — (Pausa).

— Tendo declinado, concedo-a ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, segundo orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando disputávamos a condição de tomar assento a esta Casa de Leis, a um dos seus lugares, preocupávamos já, no

exercício do mandato de Vereador da cidade de Ponta Grossa, com um dos fatores primordiais deste Estado, que era e é o corredor de exportação, caminho único de todo o Estado do Paraná para o escoamento de suas safras, de suas produções agrícolas ao Porto de Paranaguá.

Falava-se inclusive, nesta Capital, quando da presença do mais alto mandatário desta Nação, Presidente da República, e também na oportunidade, tivemos, mesmo sendo homem da Oposição, mesmo pertencendo ao MDB, recebíamos naquela ocasião os cumprimentos da Assessoria do Sr. Presidente da República, pelo nosso pronunciamento efetivado naquele dia, de apresentação do programa político.

Ascendido ao cargo de Deputado Estadual, novamente, enviamos a S. Exa. Governador do Estado, aos seus órgãos, e aos seus departamentos, atinentes principalmente ao fator escoamento de produção agrícola, as reivindicações que não eram nossas e não seriam de Ponta Grossa e muito menos, da região dos campos gerais, mas de todo o Estado do Paraná.

Memoramos esses fatos, a este Plenário, para que nesta oportunidade seja entendido o voto de congratulação que apresentamos ao Sr. Secretário de Planejamento deste Estado, que vê as reivindicações de todos os senhores Deputados, as reivindicações não da ARENA, mas apresentadas por este Poder, quando são atinentes a soluções que por esta Secretaria devam ser tomadas.

E, nestas circunstâncias, Sr. Presidente, é que na tarde de hoje cumprimentamos o Sr. Secretário do Planejamento deste Estado, que enviou o projeto de pavimentação de rodovias ao Banco Inter-Americano de Desenvolvimento, requerendo 100 milhões de dólares de investimento para serem pagos em 20 anos. Os recursos negociados representam 17 por cento do total da programação rodoviária que o Governo desenvolverá no período 76/80, objetivando, sobretudo, acabar com o estrangulamento que a inexistência de uma rede de transportes representa para o desenvolvimento paranaense.

Acredita, aquele Senhor Secretário, que o BID atenderá a esta solicitação e explicou quais os critérios que serão utilizados pelo órgão financeiro internacional para conceder o montante pleiteado e as possibilidades de o Paraná saldar sua dívida de um bilhão de cruzeiros.

"A produção agrícola será o principal aspecto que o BID levará em conta para liberar o financiamento e mesmo no projeto, os técnicos detalharam cada região com as respectivas culturas. As rodovias serão pavimentadas de acordo com o escoamento da safra que passa por elas atualmente e esse foi o item considerado em maior escala na elaboração do projeto".

E, nestas condições, mesmo sendo homem que não participa no sentido administrativo direto do Estado, mas que participa na indicação de soluções dos problemas atinentes à produção agrícola, é que queremos que, com estes financiamentos obtidos, tenha a minha região dos Campos Gerais a reconstrução daquela ponte caída da estrada velha de Tibagi, corredor segundo de exportação, que tem na sua localização mais de quatro ou cinco mil alqueires de cultivo de soja, de trigo, de arroz e outros produtos agrícolas, que está até a presente data com falta de dotação orçamentária da Secretaria de Transportes.

Agora, solicitado pela Secretaria de Planejamento, terá condições de rever o sistema viário da região dos Campos Gerais e dotar esta região mal assistida pela Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado que tem condições de fazer escoar a produção agrícola.

Assim, queremos registrar, na data de hoje, um voto de congratulações ao Secretário de Planejamento que viu, além daquela solicitação nossa, que viu, além daquela representação política de outros Deputados que reclama no mesmo sentido, viu o interesse da produção agrícola do Paraná para que tenha o mínimo de condições de escoamento e de comercialização.

Era o que tinha a dizer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, terceiro orador inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Gostaríamos de, nesta oportunidade, poder fazer este pronunciamento durante o Grande Expediente, por se tratar de apresentação de um requerimento criando uma CPI.

Mas, em função do horário reservado ao Grande Expediente já estar tomado pelo insigne Deputado Luiz Roberto Soares, o fazemos no Pequeno Expediente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, de uns tempos para cá, o nosso Estado tem permanecido nas manchetes dos jornais do Brasil. Infelizmente, não pelas coisas boas, mas em função de denúncias, de intrigas, fatos estes que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não poderia deixar de se pronunciar, desta tribuna.

Em vez anterior, já nos pronunciávamos a respeito. E com o único fato de colocarmos, ou recolocarmos os fatos nos seus devidos lugares, é que estamos a requerer esta Comissão.

Pedimos, desta tribuna, há algum tempo, a transcrição de um artigo "Suborno e Chantagem" do "O Estado de São Paulo".

Temos em mãos a revista "Veja", de 24 de março de 76, que dá destaque ao Paraná, num artigo chamado "Dupla desventura".

O jornal a "Gazeta do Povo", do último dia 4, em um dos tópicos da "Coluna do Castelo", que iremos ler para que constem dos Anais da Casa:

#### "O CASO DO PARANÁ

Um estranho silêncio caiu, em toda essa ruidosa questão que há meses divide a ARENA do Paraná, sobre as denúncias de que o Governo Estadual subsidiava a imprensa local. Subsidiava ou, como não há uma palavra oficial jurando o contrário, talvez ainda subsidie. Esse tipo de aplicação do orçamento não é previsto em qualquer regulamento da administração pública. Mais precisamente, é ilegal.

O que não falta na legislação brasileira são artigos definindo a natureza desse crime. Trata-se de crime de responsabilidade, segundo o artigo 82 da Constituição. O artigo 11 da Lei 1097 enquadra-o como crime de responsabilidade, "por ilegal emprego de dinheiros públicos". Mas ninguém, até o momento, se preocupou em dar consequências às denúncias, essa iniciativa independe de uma ação penal movida por qualquer das partes. Ela compete ao Ministério Público e à Magistratura. E devia ser acionada automaticamente, diante da simples evidência de que o fato ocorreu. Como, por exemplo, num caso de homicídio".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para nós paranaenses, ler-mos tais afirmativas num artigo publicado em todos os jornais das grandes cidades deste País, é lamentável. Somos, inclusive, por este artigo publicado na "Gazeta do Povo", de 4/05, deste ano, somos, inclusive, acusado de estarmos silenciosos.

Porisso, nesta oportunidade, estamos apresentando a esta Casa, requerimento criando Comissão Parlamentar de Inquérito, para os fins que determina. (lê):

"Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e com amparo no artigo 34 do Regimento Interno e artigo 19, parágrafo único da Constituição Estadual, CONSIDERANDO:

Que o Governo do Estado dispõe, pela lei orçamentária vigente, de consideráveis recursos para a DIVULGAÇÃO DE ATOS GOVERNAMENTAIS, ou seja — de Cr\$ 19.466.000,00 cuja especificação se destina a:

"Coordenar e proceder as relações do Estado com órgãos de divulgação da União, Estados e municípios; proceder o relacionamento com associações privadas, imprensa, rádio, televisão e agências noticiosas, através da divulgação de assuntos de interesse do governo e da comunidade; planejar e executar campanhas que divulguem e mante-

nham o público informado sobre o conjunto de intenções e realizações do Governo nos campos social, econômico e institucional; e, proceder pesquisas sobre a repercussão dos atos governamentais.”

Idênticas especificações constaram, também, dos orçamentos de governos anteriores;

Que não só povo paranaense, mas, igualmente, os mais importantes órgãos da imprensa brasileira, têm atribuído ao discricionarismo na aplicação de mencionados recursos o recente caso surgido na imprensa e nos canais de televisão do Paraná, causando real constrangimento a todos e colocando em xeque o Governo Estadual: órgãos da imprensa e estações de televisão paranaenses teriam sido alijados do plano de divulgação do Governo do Estado, que agiria discricionariamente, havendo imperativa necessidade de se investigar se houve o fato ou se não houve;

Que o próprio Senhor Governador Jayme Canet Júnior, em entrevista à imprensa, admitiu a existência de uma situação constrangedora, propondo-se a eliminá-la;

Que, embora contando com uma organização especializada para cumprir os encargos de sua divulgação, criado para tal fim, que é a Paraná Radiodifusão S.A., é, no entanto, a Casa Civil do Governo do Estado a cumpridora dessa incumbência;

Que, em tais condições, a Paraná Radiodifusão S.A. se vem relevando uma empresa inepta para os seus próprios objetivos, confessadamente inerte e esquecida de tais especificações orçamentárias. Repugna acentuar que se alguma atividade foi exercida, até o presente, por esse órgão, sequer chegou ao conhecimento desta augusta Assembléia;

Que, por outro lado, há que se preservar a liberdade de opinião e informação;

Que somente através da ação fiscalizadora da Assembléia Legislativa será possível o conhecimento exato dos fatos. E, como acentua PONTES DE MIRANDA, ao analisar o artigo 37 da Carta Magna:

“As comissões de inquérito nasceram com os Parlamantos, precisaram-se para o fortalecimento deles, e chegaram ao máximo de força onde a democracia indireta conseguiu impor-se como instrumento eficiente do bem público. Por definição, é técnica parlamentar — é técnica da ingerência da legislatura no que concerne aos outros poderes, sem os usurpar, fora das espécies em que lhe cabe decretar a responsabilidade criminal ou política de membros dos outros poderes”.

Face ao exposto, requerem a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com 7 (sete) membros, para, no prazo de 90 (noventa) dias, apurar se as despesas feitas pelo Governo do Estado, inclusive autarquias, sociedades de economias mistas e empresas públicas, com a divulgação e publicidade, correspondem às especificações orçamentárias e aos objetivos da administração indireta e têm sido aplicadas dentro da técnica financeira e sem discricionarismo de qualquer natureza.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1976.

(3a) Deni Schwartz, Osvaldo Macedo, Nilso Sguarezi, Accioly Neto, Del Ciel, Enéas Faria, Muggiati Filho, Maurício Fruet, Lúcio Machado, Adalberto Daros, Valter Pietrângelo, Luiz Carlos Zuk, Lineu Turra, Waldenício Barbalho, Ernesto Gnoato, Antonio Facci, Fidelcino Tolentino, Domício Scaramella, Ernesto Dal'Oglio, Edilson Alencar, Hélio Manfrinato, Otássio Pereira, Nelson Buffara, Jayme Rodrigues Carvalho”.

Nesta oportunidade, ao requerermos a Comissão Parlamentar de Inquérito, temos, como único objetivo, devolver ao Brasil e ao povo brasileiro a verdadeira imagem de nosso Estado.

Não há réus numa Comissão Parlamentar de Inquérito. Queremos apenas para não sermos mais acusados de estarmos, em silêncio, verificando os fatos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao

Sr. Deputado Osvaldo Macedo, quarto orador inscrito.

O SR. OSVALDO MACEDO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, quinto orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há dias passados denunciemos desta tribuna que firmas de torrefação de café neste País, além de aproveitar a majoração violenta do preço do produto ao consumidor, estavam torrando milho e soja.

Prova de nossa denuncia se encontra hoje na primeira página da “Folha de Londrina”, sob o título seguinte: “IBC multa e executa empresas que adulteram café, um é de Londrina”.

Diz a nota: “O Departamento de Consumo Interno do IBC ingressou ontem na Justiça de Londrina, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Santos com ações executivas contra sete indústrias de torrefação e moagem multadas pelo Instituto por adicionarem produtos estranhos ao café consumido pela população”.

A informação foi dada em Nota Oficial, divulgada pelo Dr. José Carlos da Fonseca, do Consumo Interno.

A Nota Oficial, em sua íntegra, é a seguinte: “O Governo examina algumas medidas a serem adotadas no âmbito do consumo interno do café em face das dificuldades porque passam as indústrias de torrefação e moagem tendo em vista a elevação dos preços do produto.

A preocupação maior é conter o impulso altista para o consumidor deste país. Paralelamente, estará adotando, a partir de hoje, providências saneadoras no referido setor industrial, a fim de evitar abusos na fabricação do produto”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece-me que a corrupção já não tem mais divisas. Começa de um certo ponto de partida e não chega a determinado ponto, como final. A grande verdade é aquela que sempre dissemos aqui. É preciso que se tome providências enérgicas porque o grito do brasileiro já desapareceu há muito tempo. Se existe fato de corrupção nas áreas de governo, se existe fato de corrupção nas áreas das atividades comuns da vida brasileira, cabe ao Governo as providências necessárias para que o brasileiro deixe de ser assaltado, deixe de ser tão pobre como tem sido a cada dia que passa.

É uma situação das mais adversas, a situação porque passando o Brasil pela falta de dignidade, pela falta de respeito dos brasileiros que se servem de algumas profissões, as mais importantes, como é a profissão de torrador de café neste País, agora que o produto custa Cr\$ 50,00 para o consumidor. Graças a Deus que houve medidas do IBC no sentido de buscar a proibição deste abuso.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Findo o Pequeno

Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, designado pela Presidência para falar no dia dos Sesquicentenário da implantação do Sistema Legislativo no Brasil.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Lê):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Poder Legislativo em nosso País comemora hoje, 150 anos!

Marcada inicialmente para 03 de maio de 1826 pois acreditava-se ser esta a data do nosso Descobrimento, ficou adiada a sessão inaugural de nossa Assembléia Geral, para o dia 06 de maio do mesmo ano, por divergência formal entre a Câmara e o Senado.

Aberta em 03 de maio de 1823, a Assembléia Constituinte foi dissolvida em 12 de outubro do mesmo ano sendo a rigor, portanto, o ano de 1826 aquele que marca o início da vida parlamentar brasileira.

Não é demais lembrar que os anos de 1824 a 1825 foram de total absolutismo, sem representação popular, como absolutistas são todos os regimes e governos que dela, a repre-

sentação popular, não dispõem.

Mas não seria honesto sacrificar a verdade, à apologia. Na realidade, nasceu o Poder Legislativo brasileiro após um malogro da Assembléia Constituinte de 1824, mais por uma concessão do Imperador, do que como resultante de uma conquista popular; aliás, em sua fala na sessão inaugural da Assembléia Geral, afirmava D. Pedro I, entre benevolente e ameaçador, o seguinte:

"A maior parte dos Senadores e Deputados que compõem esta Assembléia, bem lembrados devem estar dos males que algumas nações têm sofrido, provenientes da falta de respeito de vivas autoridades constituídas, quando estas são atacadas e menoscabadas, em vez de serem acusadas e processadas conforme é de lei e de justiça universal".

Já advertia D. Pedro I, do comportamento que deveria assumir a nossa Assembléia Geral, deixando claro que não hesitaria em repetir o seu gesto absolutista, dissolvendo a Assembléia Constituinte de 1824. O adiamento da sessão inaugural por mero formalismo, na realidade, uma simples divergência quanto ao rito do cerimonial, também revela um traço que veio a caracterizar esta instituição. O insopitável gosto pelo ritualismo, a frase redonda, o giro oratório, o regimentalismo enfim, veio a caracterizar um traço, que aderiu quase permanentemente aos nossos costumes, um excessivo formalismo.

No exercício da atividade parlamentar, veio também logo, evidenciar, aquilo que seria um dos nossos mais obstinados e resistentes dados culturais; a alienação de nossas elites, o modelo de nossos Parlamentos, inclusive, esta designação "Parlamento" foi um inglês. "A extensão e a profundidade do conhecimento dos nossos deputados e senadores, sobre o funcionamento do parlamento britânico, causa espanto ao pesquisador de hoje".

Aliás, o "Jornal do Comércio", o mais importante jornal do País, da época, a partir de 1827 manteria uma sessão permanente, sobre o Parlamento Inglês, transcrevendo integralmente, todos os debates ali travados. Resulta, portanto, da análise, do início da atividade parlamentar, em nosso País, em primeiro lugar, a subordinação deste Poder, ao Imperador, o formalismo e a alienação que em visão genérica e um tanto simplificada, poderiam ser consideradas as vertentes de nosso Poder.

Mais que notável contribuição deu o Poder Legislativo para a sedimentação do Poder Nacional, sem o Poder Legislativo por certo, não haveria império brasileiro, e nem mesmo Nação brasileira.

Todas as grandes e definitivas conquistas de nossa civilização e cultura, tiveram trânsito obrigatório, em nosso Parlamento. Não há episódio histórico de relevância, em nosso País do qual não tenha participado o Poder Legislativo.

"O Poder Legislativo todavia, mais que o Judiciário, e o Executivo, tem sofrido intensamente, as grandes e às vezes bruscas variações do processo histórico. E sendo o mais político deles, é natural que assim seja, exatamente por isso, torna difícil ao cientista político e ao estudioso fixar alguns princípios, genéricos, pois em períodos de normalidade democrática (em que vigem as regras do jogo político e democrático) o Poder Legislativo tem preponderante posição no quadro institucional, e não o tendo em outras situações.

O tema, no Brasil, tem sido discutido e analisado por alguns juristas e cientistas políticos, não obtendo porém, grande atenção do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas.

É verdade que o saudoso Senador Milton Campos, cuja memória, é necessário que se reverencie sempre, e o atual Senador Nelson Carneiro, apresentaram relatório à Presidência do Senado, resultado de observações sobre o funcionamento dos parlamentos estrangeiros, apresentando algumas sugestões valiosas para que o Poder Legislativo retomasse, em novo modelo a sua importância.

O presente trabalho, muito mais que uma contribuição original, pretende recolocar em vigência a necessidade de se questionar o Poder Legislativo e promover sua adequação aos

tempos atuais, sempre com a consciência de que as instituições não adquirem, nunca, estabilidade formal, definida. Transformam-se permanentemente em função do regime, do estilo político adotado, das experiências sociais vividas, enfim, do momento histórico no qual se insere.

Afirma-se com frequência que o Poder Legislativo sofreu drásticas reduções de sua atuação após o movimento revolucionário de 1964, principalmente com a Emenda Constitucional número 1.

Todavia, "o esvaziamento" do Poder Legislativo tem decorrido mais de uma conjuntura política do que propriamente de sua nova configuração jurídico-constitucional, embora esta possa e deva ser revisada.

A grande crítica que se faz é exatamente de que perdeu ou diminuiu o Legislativo a capacidade de iniciativa das leis.

O argumento me parece insustentável.

A ampliação da capacidade de iniciativa é, pelo menos em nosso país, inovadora, mas inteiramente legítima e consuetânea com as novas realidades emergentes.

Neste passo é procedente a observação do Professor Temístocles Brandão Cavalcanti: "O elenco mesmo da matéria de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 57), com a ressalva apenas do inciso VI, integra-se perfeitamente na competência do poder executivo que comanda a parte financeira, administrativa, tributária, dos serviços públicos e das forças armadas.

A unidade do comando legislativo é necessária e deve saber ao executivo.

Essas limitações não parecem desvirtuar a natureza do legislativo, da mesma forma que não diminuem o executivo, à prestação de contas devidas ao Congresso e o sistema de controle que sobre ele é exercido pelo poder legislativo e seus órgãos, notadamente o Tribunal de Contas.

A verdade é que se não fossem as limitações, absoluto seria o legislativo, sujeito apenas ao controle, um tanto platônico e a posteriori, do eleitorado". (Rev. Ciência Política, Vol. 18, pág. 10/11).

## II

A importância maior do Legislativo não decorre necessariamente de suas atribuições jurídico-constitucionais, mas sim porque é o Poder Político por excelência, — é, aquele que absorve as tendências predominantes da sociedade.

É conhecido o clássico estudo de Vitor Nunes Leal sobre a separação dos Poderes.

Demonstra este notável ensaísta que a doutrina de Montesquieu possuía, claramente definida, um caráter instrumental. "Sua finalidade era garantir a liberdade da pessoa humana".

Ao analisar o pensamento de Montesquieu vislumbra algumas contradições, pois o desenvolvimento das suas premissas levaria a supremacia do Legislativo, quando o que pretendia era exatamente a harmonia entre os três poderes.

Por isso Montesquieu engendrou uma técnica, a dos freios e contrapesos.

Diz Vitor Leal: "... o que fez ele, em seguida, foi enunciar a concepção dos freios e contrapesos, doutrina segundo a qual deveria cada função ser totalmente confiada a cada órgão, mas as diferentes funções do estado deveriam ser distribuídas de tal modo que os diversos órgãos participassem em medida variável do exercício daquelas funções, para que cada um pudesse impedir os eventuais abusos dos outros.

"Não era, pois, Montesquieu, nesta passagem de rigor lógico, não obedecia a um raciocínio dedutivo, mas cedia ao imperativo de um raciocínio puramente finalístico.

Frequentemente ocorre na história política e na história do pensamento humano que duas doutrinas, inconciliáveis, do ponto de vista lógico, se harmonizam na aplicação, ou na ação, porque ambas, em determinadas circunstâncias, podem conduzir a um mesmo resultado e em político o que se busca, acima



de tudo, são resultados. O cenário político não é uma academia de ciência social: é um campo de ação.

E o homem de ação, olhos fitos no resultado nem sempre se preocupa com a coerência, ou, pelo menos, não permite que ela o afaste do seu escopo" (A DIVISÃO DE PODERES NO QUADRO POLÍTICO DA BURGUESIA, três Ensaio de Administração, DASP, s/data).

### III

O Parlamento foi antes um poder político de controle do Executivo, do que um órgão legislativo.

Informa Temístocles Cavalcanti que originalmente a grande autoridade do parlamento residia no controle financeiro (Purse power), pois era indispensável a aprovação da Câmara para que o governo utilizasse os dinheiros públicos.

"O poder normativo - esclarece o ex-Ministro do STF - veio depois, porque, antes de ser um órgão legislativo, foi o parlamento um poder político, de controle do executivo".

Talvez o encontro deste Poder com suas origens históricas venha a constituir a solução institucional para crise do Parlamento em uma fase histórico-social sob a regência da planificação técnica.

É inquestionável que o Parlamento não pode mais conservar as características e as atribuições normativas que por muitas décadas teve.

Pretender retomá-las, mais que uma ilusão negativa, é prova de ingenuidade imperdoável.

Aprimorá-lo como Poder Político para equilibrar o avanço tecnocrático de incoercível perfil autoritário, este é o grande e fundamental desafio.

O destino da democracia depende do êxito desta resultante histórica ou o universo orwelliano deixará de ser ficção.

É evidente que não se pretende minimizar a importância e a necessidade de, na estruturação constitucional dos poderes, conferir ao Legislativo vigoroso poder normativo.

Mesmo a Constituição francesa de 1958 - tão a gosto dos tecnocratas - estabeleceu normas bem delineadas de sua área de abrangência:

- a) direitos cívicos - liberdades públicas;
- b) nacionalidade - estado e capacidade das pessoas;
- c) garantias de funcionários civis e militares;
- d) problemas de nacionalização.

Devem igualmente na França ser estabelecidos em lei os princípios fundamentais sobre:

- a) organização da defesa nacional;
- b) organização das atividades locais;
- c) ensino;
- d) regime de propriedade, direitos reais, obrigações;
- e) direito do trabalho e seguridade social.

Lembra, todavia, ainda Temístocles B. Cavalcanti que a Inglaterra é exemplo de que o prestígio do parlamento não está na dependência de maior ou menor importância do seu poder normativo. "Há outros índices que o valorizam a atividade parlamentar, a eficácia do controle, a disciplina do seu funcionamento, o exemplar exercício de suas funções constitucionais". (idem, ibidem)

A crescente complexidade dos problemas de natureza econômica e social, a necessidade de agilização dos mecanismos decisórios, a progressiva tecnificação dos controles governamentais, são algumas das razões que fizeram deslocar para o Executivo maior soma de poder.

Ademais não dispõe, obviamente, o Poder Legislativo via de regra - de condições capazes de propor ou formular acerca de problemas nacionais soluções mais adequadas que as formuladas por especialistas.

Não é demais repetir a lição do professor Temístocles Brandão Cavalcanti:

"O que se deve procurar são processos tecnicamente válidos para uma colaboração executivo-legislativo na elaboração

das leis. O que a modernização do poder procura são meios técnicos para atingir esse objetivo, o que se consegue através de uma faixa de decretos-leis, e possibilidade da delegação legislativa em suas múltiplas modalidades, a redução dos trabalhos legislativos quando se trata de soluções puramente formais, a limitação dos debates a uma justa proporção que não impeça o jogo político, mas não perturbe o trabalho legislativo e finalmente a redução dos prazos regimentais.

**O poder legislativo não tem o monopólio do poder normativo, mas tem exclusividade na condução da política legislativa.**

É que, mesmo fortalecido o executivo, não perdeu o legislativo a sua natureza particular de expressão da soberania popular e órgão político por excelência, em que teve necessariamente de apoiar o executivo na realização de seu programa de governo" (in Rev. Ciência Política, n.º 18, novembro de 1975).

Estabelecido que, presentemente, é mínima ou nenhuma a participação do Poder Legislativo no estabelecimento ou fixação da política nacional, alguns estudiosos têm procurado funções alternativas para os legislativos: recrutamento das elites políticas, intermediação entre os eleitores e a burocracia, instrumentos de formação e integração nacional e órgão de apoio público ao regime de legitimação do sistema político.

Evidente que nenhuma destas "funções alternativas" confere ao Parlamento a grandeza que historicamente conquistou e nem a importância que a Democracia está a lhe exigir.

IV - Análises do Poder Legislativo nos sistemas políticos em desenvolvimento têm revelado, com exceções mínimas, que esta instituição tem escasso ou mesmo nenhum papel nos centros decisórios do Poder.

O Professor Michael C. Mezey, da Universidade do Havaí, realizou excelente trabalho sobre o poder decisório do legislativo nos sistemas políticos em desenvolvimento.

Em sua tipologia, os legislativos distinguem-se em quatro categorias conforme as limitações que os caracterizam, o Legislativo Ativo, o Legislativo Reativo, o Legislativo Consultivo e o Legislativo Legitimador.

O Ativo pode rejeitar, modificar e estabelecer parâmetros; o Reativo não rejeita, mas pode modificar e estabelecer parâmetros; o Consultivo nem rejeita e nem modifica, mas estabelece parâmetros; e o Legitimador não exerce nenhuma das três possibilidades.

A explicitação das virtualidades destes quatro tipos-ideais é a valiosa contribuição do Professor Michael C. Mezey (cf. O Legislativo e a Tecnocracia, Imago Ed., Rio, 1975, pág. 51 e segs.)

Em política, como em tudo o mais, a única forma da vida é a ação.

**Conclusões** - A tarefa do Poder Legislativo é basicamente política, ou seja, visa o livre debate para obter diante de cada problema uma diretriz que leva em conta os diversos e diferentes interesses em conflito, diante das opções e alternativas possíveis, procurando ajustá-las às expectativas mais gerais e profundas da comunidade.

A sua especialidade funcional reside exatamente na busca do compromisso, na criação de uma atmosfera em que os contrários possam se fazer ouvir, exprimir e também influir.

O Poder Legislativo ainda é o insubstituível conduto natural dos anseios coletivos, multifforme como a própria representação popular, diversificando nas suas reações como também o são os grupos que se organizam na própria sociedade política.

O ex-Deputado Rafael de Almeida Magalhães alinhou algumas sugestões na elaboração de um roteiro para a revitalização do Poder Legislativo.

Com algumas pequenas revisões a proposta continua inteiramente válida.

Assim, sugere-se para uma melhor adequação do Poder Legislativo à sua missão constitucional e também histórica, as seguintes proposições:

- a) organização de amplo serviço de documentação e de informação, habilitado a suprir os membros do Poder com um fluxo de informações dotado da necessária rapidez e dinamismo, atribuindo-se a Comissão Especial, também bipartidária, o encargo de estudar o problema em detalhes, a fim de que possam ser adotadas as medidas executivas que se recomendarem;
- b) contratação de assessoria especializada, preferentemente com as instituições universitárias, a fim de que as Comissões Permanentes e as Especiais possam, proveitosamente, cumprir suas tarefas específicas, habilitando à Assembléia pleno exercício de controle político que lhe está afeto;
- c) instituições de um sistema operacional para divulgação dos trabalhos deste Poder e acerca da sua importância democrática mediante a transmissão de debates, cursos e seminários, designando-se para esse fim Comissão Especial que proponha medidas concretas e trace um programa para tal;
- d) co-participação no processo de elaboração legislativa; examinar junto ao Poder Executivo, a instituição de um mecanismo através do qual o exame de algumas matérias, por sua relevância, seja submetido a pré-discussão formal entre os dois Partidos como por exemplo o orçamento, os planos estaduais, outros assuntos de ampla repercussão na vida estadual;

— instituir um mecanismo que assegure um constante fluxo de informações sobre a implantação das políticas governamentais, habilitando o Poder Legislativo a um exame objetivo das modificações legislativas necessárias para corrigir ou retificar caminhos.

— elaborar as leis complementares previstas na Constituição.

- e) monopólio do controle político sobre o Poder Executivo;
  - utilizar com desembaraço, mediante regulamentação adequada, o instituto das Comissões, quer das Comissões Especiais ou Permanentes, quer do Plenário, as quais, embora sem força executiva, exprimirão o ponto de vista da instituição, de modo a, certamente, pesar sobre o comportamento do Poder Executivo;

- f) participação nas tarefas de fiscalização da gestão financeira;

— disciplinar o exercício dessa atribuição mediante articulação com o Tribunal de Contas articulação com o Tribunal e com o Poder Executivo, a fim de que possa acompanhar o seu controle interno e externo exercendo o seu dever de fiscalização.

- g) fiscalização sobre os atos gerais do Governo:

— instrumentar essa sua atribuição constitucional, de comum acordo com o Executivo, sem o propósito de embarçar os seus passos, mas no de dispor de elementos que permitam avaliar sua eficácia, a fim de que se habilite a propor medidas corretivas que se fizerem necessárias;

- h) centro de debate dos grandes temas estaduais;

— organizar os trabalhos do Poder Legislativo de maneira a que possa se transformar no eco das inquietações e esperanças populares pelo exame objetivo dos seus problemas como expressão mesma dos interesses diversificados que os seus membros representam, com apoio, assessoramento e informações que constituam a base para o corrente desempenho desta função, cujo conteúdo político é manifesto e não pode ser minimizado por um exagero tecnicista inteiramente descaído”).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao propor e ao fazer um

convite à reflexão nesta data que comemora 150 anos da vida parlamentar brasileira, é necessário e imperioso que esta Assembléia tome consciência de que deverá alterar o seu comportamento, não só esta Assembléia como todas as demais, como o próprio Congresso Nacional.

A mim se me afigura manifesta a inviabilidade desta instituição nos moldes em que ela vem operando, nas suas atribuições constitucionais.

Como Poder Legislativo, se adequa aos novos tempos, exercendo superiormente a sua missão histórica, ou tenderá a ficar configurado como um sub-Poder com todos os ônus democráticos que esta condição acarreta.

Têm, portanto, os Srs. Deputados, um tema que deverá ser debatido e aprimorado e que a Nação inteira está a esperar, no sentido de uma contribuição efetiva que revitalize, aprimore, e devolva, a grandeza deste Poder.

Quanto a mim, sugeriria, que a Comissão Executiva desta Casa promovesse de comum acordo com ambos os partidos, uma Comissão Especial para que se buscassem fórmulas, inspirações, para que sejamos pioneiros do País.

Há talentosos deputados nesta Assembléia; há um sentido patriótico de dimensão exemplar, enfim, esta Casa, contém virtualidades ótimas e excelentes para que sejam explicitadas sob o comando firme de nosso Presidente.

Saio, desta tribuna, ciente e conciente de que nós estaremos presentes ao chamamento que fazem todas as instituições responsáveis deste País, no sentido de que o Poder Legislativo, retome a importância que já teve, em outro estilo.

Não sei se alguns dos Srs. Deputados, têm interesse de debater o tema, porque me parece que a data é especial para este tipo de atividade.

Era só.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Por equívoco, foi anunciado, ontem, que constaria da Ordem do Dia de hoje, o Projeto de Lei n.º 30/76, quando a Comissão de Redação ainda não tinha examinado o projeto.

Nessas condições, a Mesa retira o Projeto de Lei n.º 30/76, da Ordem do Dia.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 31/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 39/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Quatro Barras, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Antonio Thomaz Bittencourt e o Grupo Escolar da Borda do Campo, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 32/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 16/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração, com o município



de Santa Mariana, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Engracia Zanqueta, Grupo Escolar Carmela Dutra e a Delegacia de Polícia, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 01/76, oriundo da mensagem 19/76, do Poder Executivo, solicitando autorização para reverter ao patrimônio do município de Califórnia, as datas de terras 6,7,10,11 e 12, da quadra 15, da planta Jardim Sant'Ana, da cidade do mesmo nome. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 35/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 58/76, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Nova Esperança, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 36/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 59/76, que aprova Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e da Secretaria do Interior, com o município de Guaraniaçu, objetivando construção de prédio destinado a Unidade Sanitária, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 04/76, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a Casa da Amizade das Senhoras Rotarianas de Irati CASTRO — com sede em Irati. — Parecer favorável da C.C.J. por unanimidade. — **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 22/76, oriundo da mensagem 24/76 do Poder Executivo, dando nova redação ao Anexo II da Lei 6.119, de 29/06/70, que dispõe sobre o Quadro Próprio do Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado. Parecer favorável da CCJ., com SUBSTITUTIVO GERAL, abrangendo a EMENDA 01 e CONTRÁRIO à EMENDA 02, de Plenário, por unanimidade. Parecer da C.F. favorável ao SUBSTITUTO GERAL DA CCJ. e também CONTRÁRIO À EMENDA, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Emenda do Projeto de Lei N.º 22/76.

Tendo em vista que a emenda apresentada não satisfaz as exigências constante do artigo 108 § 4.º da Constituição Federal, dispondo que somente serão admitidas emendas que de qualquer forma aumentem as despesas ou o número de cargos previstos, quando assinadas pela metade, no mínimo, dos membros das respectivas Casas Legislativas.

Anexamos Substitutivo Geral e oferecemos parecer CONTRÁRIO à emenda apresentada.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) Accioly Netto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei N.º 22/76

Art. 1.º — O Anexo II, da Lei 6119, de 29 de junho de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

#### "Anexo II

Sistemática de Cargos em Comissão

#### PARTE PERMANENTE

N.º DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO OU SÍMBOLO
Um (01)	Diretor Geral	Cr\$ 9.295,00
Cinco (05)	Diretores de Departamento	Cr\$ 6.506,00
Um (01)	Diretor do Gabinete de Assistência Técnica	Cr\$ 6.506,00
Um (01)	Tesoureiro Geral	Cr\$ 6.506,00
Um (01)	Contador Geral	I—C
Um (01)	Chefe de Gabinete da Presidência	I—C
Um (01)	Chefe de Gabinete da Primeira Secretaria	I—C
Um (01)	Chefe de Gabinete da Segunda Secretaria	I—C
Um (01)	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	I—C
Um (01)	Chefe do Serviço de Segurança	2—C
Um (01)	Assessor Jurídico do Departamento de Pessoal	2—C
Um (01)	Assessor Jurídico do Departamento de Finanças	2—C
Um (01)	Coordenador de Auxílios Sociais	2—C

Art. 2.º - Os benefícios decorrentes desta Lei, passam a vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1976, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator."

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Projeto de Lei N.º 22/76

#### PARECER

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental, devidamente justificado e aprovado pela Comissão de Justiça, recebeu Substitutivo Geral e Emenda.

Esta Comissão de Finanças analisando o Projeto, é favorável ao Substituto Geral e contrária a Emenda apresentada por ferir dispositivo de ordem financeira.

Parecer favorável da Substitutivo Geral e contrária a Emenda apresentada.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) Quielse Crisóstomo, Presidente; Gabriel Manoel, Relator.

Em discussão - Encerrada a discussão.

O SR. IVO THOMAZONI (Pela Ordem) Sr. Presidente, só para indagar, se colocando em votação o projeto em globo, V. Exa. coloca também em votação o parecer da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) A Mesa informa que o substitutivo n.º 2, apresentado pela C.C.J., abrangendo a Emenda n.º 1. Será colocado em votação o n.º 2 da CCJ., sendo que o n.º 1 foi dado, pela Mesa, como rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Os Srs. Deputados que aprovam o Substitutivo Geral da CCJ., queiram conservar-se como estão. — **Aprovado.**

Em votação a Emenda n.º 2, com parecer contrário da C.C.J. e da C.F. Em votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para encaminhamento da votação). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma vez mais, como membro da Comissão de Finanças, deparamos com um parecer que nos parece estranho. Estranho e inadmissível porque, como membro dessa Comissão e não nos tendo afastado desta Casa, durante os expedientes normais desta semana, notadamente a partir do momento em que o processo legislativo ficou para ser encaminhado à Comissão, deparamos com o parecer da Comissão de Finanças.

Não tivemos conhecimento e não sabemos onde se reuniu a Comissão de Finanças.

Não é esta a primeira vez que isso ocorre. Como não pretendemos continuar a aceitar tais acertos de coisas, que

repugnam à técnica legislativa, comunico à Mesa e à Casa, que encaminharei, oportunamente, o meu pedido irrevogável desta Comissão, enquanto ela estiver sob a Presidência, principalmente enquanto se encontrar sob a Presidência do Deputado Quielse Crisóstomo. — (Sem revisão do orador)

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela Ordem) É deveras desagradável, mas não de se estranhar, porque o nobre Deputado, com a intenção inconfessável de dizer de pretensão pessoal, que esta Presidência da Comissão desconhece, não é a primeira vez que o Deputado Muggiati para mim honrado e capaz, mas para mim, também, repetindo, incoerente no seu procedimento, como membro da Comissão de Finanças, porque às vezes ele concorda quando lhe é conveniente a direção e condução da Comissão de Finanças, que com muita honra presido, mas em dado momento ele comete aventuras como essa, que precisamente hoje não é a primeira vez.

Todas às vezes que o nobre Deputado Muggiati Filho, assim como todos os membros da Comissão de Finanças estão nesta Casa, em plenário, são consultados para o local e hora da reunião da Comissão de Finanças. Assim é que invoco o testemunho dos membros da Comissão de Finanças que aqui estão presentes, inclusive do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que no momento em que toda esta Casa se preocupava em dar tramitação, a mais rápida possível, à matéria tão importante, foi combinado que a Comissão de Finanças iria se reunir logo após a reunião da Comissão de Constituição e somente aqueles que estavam aqui presentes é que foram informados, com antecipação de 24 horas.

Assim é que se entende o Deputado Muggiati Filho de retirar seu nome, a sua falta haverá de ser preenchida, porque se S. Exa. não foi informado da reunião, é porque não estava presente no plenário, porque aqui foram avisados os membros da Comissão que estavam presentes.

A Comissão se reuniu para dar tramitação ao projeto, como fez a Comissão de Constituição e Justiça, aqui em plenário, mas no dia seguinte houve reunião e os Deputados vem agora denunciar fato que apenas prova a sua falta de presença no plenário.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Em votação a emenda.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, o ilustre Deputado Muggiati Filho, levantou fato ocorrido não só no dia de hoje, mas há muito tempo, como respeito à Comissão de Finanças e principalmente a seus pareceres.

Quando em época passada foi reclamada a reunião desta Comissão, por uma ou duas vezes, o Sr. Presidente da Comissão solicitava a nossa presença, que se fez em uma ou duas oportunidades.

Mas, nesse Projeto de Lei 22/76, Sr. Presidente, Srs. Deputados, onde vemos um parecer exarado pelo ilustre Deputado Gabriel Manoel, onde se encontram apostas a assinatura de quatro Srs. Deputados.

Não constatamos e não verificamos, no mesmo, as assinaturas de um dos Srs. Deputados do MDB e, mais particularmente, do ilustre Deputado Lúcio Machado que é um dos Deputados mais assíduos desta Casa.

Nós também, que quase que diariamente nos encontramos neste Poder, não tivemos a solicitação e nem a comunicação do Sr. Presidente da Comissão, no sentido de que iria haver reunião para tratar deste projeto de lei.

Nestas condições, queremos, de público dizer, que não fomos consultados sobre a eleição deste ano para a direção dessa Comissão.

Não sabíamos que ela iria ser entregue novamente ao Sr.

Deputado Quielse Crisóstomo. O ilustre Deputado Lúcio Machado nos informou que, dentro de poucos instantes, irá fazer um pronunciamento referente a este assunto.

Assim sendo, fazemos um apelo ao Sr. Deputado Muggiati Filho, uma vez que a Comissão de Finanças é uma das mais importantes desta Casa, não poderia, sem demérito aos demais Deputados, ficar sem a presença do Sr. Deputado Muggiati Filho que é um Deputado íntegro, inteligente, com grande discernimento e honestidade.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) - Continua em votação a Emenda 02.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar à votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste instante queremos dizer, com respeito a emenda 02, que fomos convidados para dar parecer pelo Sr. Presidente da Comissão de Finanças, Deputado Quielse Crisóstomo, que foi alçado a este posto pela vontade expressa de todos os seus membros.

Causou-nos pesar a atitude do Sr. Deputado Muggiati Filho e a lacuna que será deixada por S. Exa. só poderá ser preenchida por um dos componentes de sua ilustre bancada.

O nosso relatório foi feito de acordo com a nossa consciência e com o discernimento que temos no momento em que se reúne uma Comissão solicitada pelo Sr. Presidente.

Não é possível, Sr. Presidente, alardearmos aos quatro ventos quando temos quorum suficiente para que uma reunião da Comissão seja efetivada.

É por isso que pedimos vênias aos ilustres Deputados Muggiati Filho e Luiz Carlos Zuk, na sua pretensão de procurar desmoralizar o nosso Presidente, que tem pautado de u'a maneira que só nós causa orgulho.

E é neste instante que, queremos testemunhar que fomos convidados pelo Presidente para esta reunião; se falta houve dos Deputados no momento em que esta reunião fora convocada, não podemos duvidar, em momento algum, da palavra de um Sr. Deputado, e, muito menos de um Presidente de uma Comissão.

Se assim fôr, este Poder estará caludicando, mesmo porque este Poder Legislativo deve ser respeitado pelos seus próprios membros.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) - Concedo a palavra, para encaminhamento da votação ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, não sou absolutamente contra a emenda apresentada.

Entretanto, me causa surpresa de que neste parecer eu não tenha tido a participação - não quero imprimir que tenha sido praticado, tal ato, malevolamente pelo Presidente da minha Comissão, que me honrou com seu convite para que eu assumisse a Vice-Presidência e a assumi.

Entretanto, devido ao fato ocorrido e devido à minha presença permanente nesta Assembléia, conforme se pode verificar através da lista de presenças de todos os dias, inclusive porque no ano passado fui eu o Deputado que não teve uma falta neste Parlamento, achei, por todas as formas, que foi, acima de tudo, uma falta de consideração, principalmente, a um de seu imediato na Comissão de Finanças.

Face a este acontecimento, peço, em caráter irrevogável, a minha renúncia desta Comissão, a partir deste instante.

Era isto, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). em votação a Emenda n.º 2, com parecer da CCJ e da CF e portanto, com votação inversa.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem). Sr. Presidente e Srs. Deputados, na qualidade de relator desta emenda apresentada, verificando que a emenda apresentada contraria dispositivos constitucionais, nós emitimos parecer contrário à emenda, de acordo com o artigo 108, parágrafo 4.º da Constituição Federal e ainda da Constituição Estadual.

As emendas deverão ser apresentadas com assinaturas da maioria dos membros da Casa Legislativa, e esta emenda consta, com duas assinaturas, motivo pelo qual demos o parecer contrário, acatando uma emenda apresentada pelo eminente Deputado Accioly Neto que, no substitutivo geral nós fizemos constar que, o cargo de Tesoureiro Geral que constava como IC, foi 6 mil e 506.

Por isto, voto contrariamente à emenda apresentada. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargó). Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. Rejeitada.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, peço a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Será procedida a verificação de votação.

21 Srs. Deputados votaram contra.

9 Srs. Deputados votaram a favor.

Rejeitada a Emenda.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 31/76, de autoria dos Deputados Ivo Thomazoni e Dácio Leonel, que declara de utilidade pública, a Associação Comercial de Londrina, com sede em Londrina. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 37/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 62/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social e da Secretaria do Interior, com o município de Francisco Beltrão, objetivando construção de prédio destinado ao Centro de Saúde com sede no referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução N.º 37/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 17 de dezembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e da Secretaria do Interior, com o município de Francisco Beltrão, objetivando a construção de prédio destinado ao Centro de Saúde do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição N.º 62/76.

Acompanhado da Mensagem Governamental 4/75, de 22 de janeiro de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 17 de dezembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e da Secretaria do Interior, com o município de Francisco Beltrão, objetivando a construção de prédio destinado ao Centro de Saúde do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso, nosso parecer é pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 38/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 64/76, que aprova Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Salto do Itararé, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Antônio Delfino Fragoso, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.

Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução N.º 38/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 18 de dezembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santo do Itararé, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Antônio Delfino Fragoso", com sede no referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

(aa) Accioly Netto, Presidente; Deni Schwartz, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Proposição N.º 64/76.

#### PARECER

Acompanhado da mensagem Governamental n.º 06/76, de 22 de janeiro de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 18 de dezembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Salto do Itararé, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Antônio Delfino Fragoso", na sede do referido Município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

(aa) Accioly Netto, Presidente; Deni Schwartz, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 05/76, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública a Associação Bem Estar Jardim Paranaense, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 05/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Bem Estar Jardim Paranaense, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em / /

(a) Jorge Sato.

JUSTIFICATIVA:

A entidade acima aludida presta, inegavelmente, relevantes serviços à comunidade.

Pela documentação apresentada, verifica-se que não visa lucros, nem distribui dividendos.

A sua Diretoria não percebe qualquer remuneração e preenche, dessa forma, todos os requisitos exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Eis a razão por que apresentamos este plano de Lei à consideração dos nobres pares, contando com o seu apoio e aprovação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei N.º 05/76.

De autoria do nobre Deputado Jorge Sato, visa o presente Projeto de Lei 05/76, declarar de utilidade pública a "Associação Bem Estar Jardim Paranaense, com sede nesta Capital.

Do exame da documentação apresentada, bem como da justificativa que o acompanha, temos que os requisitos essenciais exigidos pela Legislação Federal e Estadual, se acham cumpridas.

Desta forma, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

(aa) Accioly Netto, Presidente e Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 11/76, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública a Ordem Franciscana Secular - Fraternidade da Igreja do Senhor Bom Jesus, com sede e foro nesta Capital, Parecer favorável da CCJ, por unanimidade.- Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 11/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "ORDEM FRANCISCANA SECULAR — FRATERNIDADE DA IGREJA DO SENHOR BOM JESUS, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1976.

(a) Paulo Camargo.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, se enquadra dentro das exigências previstas pela legislação federal e estadual, reguladoras do instituto da declaração de utilidade pública.

Ademais temos que a referida Ordem Franciscana, vem prestando inestimáveis serviços à coletividade curitibana, dentro das suas finalidades estatutárias, motivo pelo qual é que apresentamos o presente PROJETO DE Lei, que temos a certeza contará com o apoio e a aprovação dos Nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei N.º 11/76.

De autoria do nobre Deputado Paulo Camargo, o presente Projeto de Lei, visa declarar de utilidade pública, a "ORDEM FRANCISCANA SECULAR — FRATERNIDADE DA IGREJA DO SENHOR BOM JESUS", com sede e foro nesta Capital.

Analisando-se o processo, temos que os requisitos essenciais exigidos pela Legislação Federal e Estadual em vigor se acham plenamente satisfeitos.

Além do mais, a entidade, de acordo com as suas finalidades estatutárias, vem prestando há longos anos serviços de grande utilidade à sociedade Curitibana.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) Accioly Netto, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Presidência não aceita no dia de hoje, o pedido de renúncia dos nobres Deputados Muggiati Filho e Lúcio Machado.

E faz um apelo para que S. Exas. voltem atrás na sua decisão.

Porque suas presenças na Comissão de Finanças é muito importante.

E pede e apela aos Srs. Presidente da Comissão, que procurem conservar harmonia entre seus órgãos.

E no caso, cumprir as exigências do Regimento que manda ou que determina que sejam as sessões extraordinárias convocadas a todos os seus membros no prazo de 24 horas.

Tem a palavra, o Deputado Quielse Crispotomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, agradeço a interferência e a intervenção de V. Exa. no sentido de harmonizar tais conflitos, que no meu entendimento são momentâneos.

Contudo, ainda reportando ao episódio da matéria em pauta, é de se lembrar que Comissões têm se reunido, por interesses administrativos até mesmo em Plenário. A exemplo desta matéria, é que eu convoquei esta reunião para o relato verbal, e designei o Deputado Aragão de Mattos Leão para relator. E estava para ser feito o relato, não fosse o requerimento inclusive, do relator da CCJ para três dias, teria sido feito em plenário.

Somente para justificar aos demais Deputados e a quem interessar possa, de que esses são eventos de Comissões Técnicas, que muitas vezes alguns membros podem ser sacrificados e podem estar presentes, e estando presentes na Casa, não estando presentes no Plenário possam desconhecer.

Recebo as palavras do Deputado Lúcio Machado como um dos deputados mais assíduos da Comissão de Finanças mas que, infelizmente, no momento em que estávamos reunidos, logo após a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, não se encontrava presente na Casa, porque procurei todos os Deputados. Infelizmente também o Deputado Muggiati Filho não estava no momento.

Esta Presidência assume o compromisso de, por ofício, comunicar a todos os membros com o prazo de 24 horas de antecedência, e mesmo quando entender a Executiva que deva ser feita em plenário, isto jamais vai acontecer para que fatos desagradáveis como este não se repitam.

Faremos reuniões somente com o prazo de 24 horas e jamais com relatos verbais, jamais em plenário, como tentamos fazer aqui, colaborando para o andamento de matéria importante.— (Sem revisão do orador)

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela Ordem). Sr. Presidente, em razão das palavras de V. Exa., que bem entendeu o alcance e as consequências do incidente verificado, mas a bem única e exclusivamente da verdade, deve ficar registrado que não aceito de forma alguma, as alevisias que me atribuiu o Presidente da Comissão de Finanças nesta, e na sua anterior alocução.

Eu havia solicitado - e talvez exista na Casa alguns Deputados que ouviram a minha solicitação - vistas deste processo para que pudesse me inteirar de uma matéria cuja emenda eu a desconhecia, tendo em vista que faltei as reuniões de segunda e sexta feira.

Permaneci à espera deste processo Legislativo e fui surpreendido com a ata da reunião da Comissão de Finanças, sem que eu tivesse notícia do local e hora desta reunião.

Dáí a razão, Sr. Presidente, do meu pedido de demissão

em caráter irrevogável. Compreendo também o alcance das palavras de V. Exa., como chefe dos mais eminentes deste Poder, mas V. Exa. há de convir que se torna humanamente impossível a um membro deste Poder, se orientar dentro da Casa, se não se respeita o Regimento Interno da Mes.

Isto para não se falar no que diz respeito às regras de ética e de moral.

Obrigado.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa quer aduzir que não admite mais discussões sobre o assunto e que pretende, acima de tudo, harmonia entre os membros da Comissão.

Se uma Comissão, harmonicamente, decide se reunir em que hora for, para o exame de uma matéria, a Presidência está de pleno acordo, mesmo que seja arranhado o Regimento.

Mas, o que é necessário é que haja, dentro desta Casa, harmonia entre seus membros.

Dou o assunto como encerrado e deixarei passar mais 24 horas para esfriar o problema e atender o pedido de demissão dos nobres Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Faruk Abrão Kail.— APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Osvaldo Macedo e Del Ciel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vicente Fachinelli, ocorrido na cidade de Londrina.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do expediente, seja solicitado por essa Presidência, os Estatutos de todas as Companhias de Economia Mista em que faça parte o Governo do Estado.—APROVADO.

Os Estatutos dessas Companhias serão pedidos e aduzidos ao arquivo da Assembléia Legislativa para consulta dos Srs. Deputados.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Narciso Marques da Silva ocorrido em Arapongas.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto e regozijo e de congratulações pela passagem do "Dia das Comunicações.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à redação da Revista "Rumo Paranaense", pelo trabalho que vem realizando, e em particular, pela publicação, de significativa reportagem sobre o Professor Vasco José Taborda Ribas. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao jornal "Gazeta do Povo" pela oportuna campanha "de defesa da cultura e da gente do Estado" que tem por lema "A SCABI não deve morrer.— APROVADO"

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, e aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor do DER, no sentido de que sejam efetuados estudos para a elaboração de projeto e construção de uma ponte sobre o Rio Barigüí, no município de Capitão Leônidas Marques, entre o Distrito de Alto Alegre e a sede.—APROVADO

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Osvaldo Macedo e Del Ciel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eitaro Aoyama, ocorrido na cidade de LONDRINA.— APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Osvaldo Macedo e Del Ciel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arlindo Prata, ocorrido na cidade de Londrina.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, apoiado por diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de sete membros, com a finalidade de apurar as despesas feitas pelo Governo do Estado, inclusive autarquias, sociedades de economia mistas, e empresas públicas.— APROVADO.

Fica constituída, regimentalmente essa CPI, recebida pela Mesa e solicito dos Srs. Líderes das Bancadas da ARENA e MDB, a indicação dos Srs. Deputados que comporão a referida Comissão.

O SR. IVO THOMAZONI (Pela Ordem) Sr. Presidente, sem entrar no mérito da matéria, porquanto constitucional e devidamente amparada regimentalmente e também, confesso, devidamente instrimentada, solicitaria à Presidência que determinasse levantamento, para conhecimento posterior deste Plenário, de quantas CPI e quantas Comissões Especiais se encontram instaladas e que, porventura, não tenham chegado à conclusão. Portanto, ainda não se dissolveram ainda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) - Será feito o levantamento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, sexta-feira, dia 7, às 10,00 horas com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

#### PORTARIA N.º 215/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.3326, de 28 de abril de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir, para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 01/76, a funcionária JUDETH SCHOLTZ, matrícula 463, ocupante do cargo de nível PL"27", de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de maio de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 216/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.3358 de 29 de abril de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 01/76, aos funcionários, abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

ISAURA BUENO	Mat. 204 - Escriturário PL"16"
JOANA DE LIMA	Mat. 558 - As. Serv. Gerais PL"15"
NELSON ANDRE DE ARAUJO	Mat. 554 - Of. de Ser.G. PL"21"
ROSALINA P. SANTIN	Mat. 224 - Aux. de Serv. G. PL"17"

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de maio de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral